



# MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS EM GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO SOCIAL DO CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA, CAMPINAS - SP<sup>1</sup>

**Jéssica Aparecida dos Santos Rodrigues**

j117333@dac.unicamp.br<sup>2</sup>

**Douglas Henrique da Silva**

silva.h.douglas@gmail.com<sup>3</sup>

**Raphael Borges Santos**

r205123@dac.unicamp.br<sup>4</sup>

## Resumo

*A partir da realização do Estágio Supervisionado em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, Campinas - SP, durante o primeiro semestre de 2021, o presente trabalho buscou compreender a potência das práticas educativas e do ensino geográfico na educação social. Para tanto, foram mobilizadas as noções de educação social, prática dialógica e cidadania pelo ângulo geográfico. Em virtude da pandemia de Covid-19, o estágio foi realizado em encontros semanais remotos, bem como se constituiu como uma primeira experiência de estágio dessa natureza tanto para o Instituto de Geociências quanto para o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia. Ressaltamos a experiência com o grupo dos adolescentes, em atividade que buscou abordar a construção de políticas públicas, sobretudo a política de assistência social que rege o trabalho do educador social.*

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Educação Não-formal, Formação Cidadã.

## Introdução

Os estágios supervisionados costumam apresentar um contexto educacional em que a realização do estágio busca reconhecer as condições da instituição escolar. A proposta de deslocamento do contexto da educação formal configura uma passagem na formação da licenciatura, possibilitando identificar as perspectivas e as fragilidades na aproximação entre instituições de caráter público. O Estágio Supervisionado em Geografia aqui relatado foi realizado no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (CCJSL)<sup>5</sup>, em Campinas, São Paulo, na área da educação social.

---

<sup>1</sup> Trabalho referente à prática de Estágio Supervisionado em Geografia, do Instituto de Geociências da Unicamp, realizado no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, Campinas - SP.

<sup>2</sup> Graduanda em Geografia no Instituto de Geociências da Unicamp.

<sup>3</sup> Educador social no SESF do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

<sup>4</sup> Graduando em Geografia no Instituto de Geociências da Unicamp e Educador social no SESF do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

<sup>5</sup> O CCJSL é uma Organização da Sociedade Civil que atua com caráter beneficente e de assistência social, sem fins econômicos, na promoção da defesa dos direitos e do exercício da cidadania. A instituição compõe a política de



É importante considerar que o Estágio Supervisionado em Geografia da Unicamp ainda não havia atuado em instituições de educação não-formal. Além disso, a introdução da educação social como parte dos serviços oferecidos pela proteção social especial de média complexidade é recente e os estágios em educação em geral são encaminhados para instituições de educação formal. Neste curso de licenciatura, “o estágio supervisionado tem por objetivo atuar no processo de subjetivação da identidade docente a partir de práticas em que os estudantes são estimulados a vivenciar o cotidiano escolar do seu futuro contexto de trabalho” (MARINHO, STRAFORINI, CANTO, 2017, p. 3).

Nesse sentido, este trabalho buscou compreender a potência do Estágio Supervisionado em Geografia na educação social, refletindo sobre possíveis mediações pedagógicas que possibilitam a promoção da autonomia e o exercício da cidadania dos sujeitos que compõem o fazer da educação.

### Metodologia

Para a realização deste trabalho, as ações do estágio foram realizadas remotamente via plataformas Google. De modo geral, o estágio foi conduzido em reuniões que abordaram a apresentação, a reflexão sobre o trabalho do educador social, a discussão genérica de casos para garantir o sigilo dos educandos<sup>6</sup>, a apresentação do instrumental de planejamento atividades, a elaboração de atividades a serem aplicadas individualmente e/ou em grupo, a discussão da natureza dos grupos e suas condições de realização no período pandêmico e a participação no grupo de adolescentes.

A perspectiva de uma formação cidadã se dá pela oposição ao posicionamento individualista, que busca assim alcançar seus próprios interesses, e não a defesa dos direitos comuns, coletivos e democráticos. Desse modo, é fundamental praticar o afastamento do ideário que promove ações que respondam ao imediatismo, com respostas vazias aos agravos conjunturais, procurando aproximar-se de defesas críticas aos problemas estruturais. Nesse sentido, a

---

assistência social da cidade de Campinas, e cumpre suas atividades nas áreas da Proteção Social Básica (que objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) e da Proteção Social Especial de Média Complexidade (que busca proteger famílias e indivíduos de situações de risco cujos direitos tenham sido violados e/ou, que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários). Destacamos que a experiência de estágio aqui relatada está inserida na Proteção Especial de Média Complexidade. Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os serviços de proteção social: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Sobre o Serviço Especializado de Proteção Social à Família (SESF): [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm).

<sup>6</sup> Sobre as atribuições do educador social, ver Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, Art. 4º, parágrafo II (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014).



constituição do sujeito coletivo na luta pela garantia de direitos e o desafio da constituição de uma formação cidadã demanda:

[...] alcançar uma tomada de consciência. Para isso, é fundamental viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia. (SANTOS, 2015, p. 116)

Assim, compreendemos que a mediação pedagógica na atuação do educador social, a ação dialógica e a perspectiva da colaboração se fazem essenciais (FREIRE, 2019). Isso porque no despertar do educando enquanto sujeito do processo de aprendizagem, o diálogo entre os agentes do processo educativo sobre a realidade, carregada de experiência (BONDÍÁ, 2002), possibilita a reflexão sobre o fazer e refazer das ações e relações<sup>7</sup>.

De acordo com Santos (2014), no Brasil se constitui a formação do não-cidadão na figura do usuário, este, consumidor insatisfeito e imobilizado, que tem seus direitos mediados pelas coisas. Assim, este é impedido de assumir a construção do pensamento como sujeito coletivo, alienado, implicado a reconhecer o outro a partir do que os afasta, e não do que os une.

Nesse sentido, é necessário que a prática educativa assumida compreenda o papel do não-cidadão para que, assim, busque o processo de construção da cidadania, que se distancia do utilitarismo, do lugar de consumidor individual, e se aproxime do sujeito coletivo. Trata-se da busca pela transformação social para o grupo, de forma a não dicotomizar ações e relações, e observar a perspectiva do que os une.

### **A educação social no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia**

*Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar. (Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido).*

De acordo com os Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade (CAMPINAS, 2014), o trabalho das equipes do SESF se estrutura em trios formados por uma dupla psicossocial e um educador social, o qual atua interdisciplinarmente com as duplas.

---

<sup>7</sup> Compreendemos como ações aquelas próprias do indivíduo que pertence a um grupo social, assim como as relações são aquelas que o indivíduo estabelece no contexto de seu grupo familiar.



Esses trios trabalham atendendo casos relatados como violência doméstica<sup>8</sup> que podem ser denunciadas de maneira anônima, através do conselho tutelar, da polícia, dos profissionais da saúde ou da educação (por meio da escola). A partir da denúncia, o caso é discutido entre as equipes e os planos de acompanhamento familiar são elaborados com a proposição de um diagnóstico e as possíveis ações. Do movimento inicial até a discussão do caso, o trabalho se estrutura nos princípios da multidisciplinaridade, uma vez que a efetividade demanda o trabalho em rede, sobretudo a partir da saúde e da educação, e da interdisciplinaridade, em que as ações são estruturadas no trabalho conjunto do (a) assistente social, psicólogo (a) e educador (a) social.

As propostas de atividades individuais e em grupo compõem parte das atribuições dos educadores sociais<sup>9</sup>. Para a formação das ações educativas com foco no exercício da cidadania, em grupo e/ou individuais, são consideradas de forma técnica as possibilidades que correspondam ao plano de acompanhamento familiar, elaborado pela equipe, para o educando ou educanda. São ponderados diversos fatores como: grau de alfabetização, sentido de organização, estrutura social e lugar. Assim, observa-se qual é a condição dos sujeitos no mundo, quais as violências às quais estão submetidos e quais as experiências que carregam, buscando reflexões que estão para além do núcleo familiar.

O reconhecimento do sujeito ou dos grupos vai dizer qual será a estratégia metodológica adotada<sup>10</sup>. Dessa metodologia emergem os objetivos específicos, que serão os caminhos acessados para atingir o objetivo geral: a superação de uma situação de violência doméstica. Decorre ainda dessa reflexão o tempo proposto para a atividade e o tema geral. Para o educador social, a discussão dos casos ocorre em concomitância com a reflexão do instrumental de apoio<sup>11</sup> para a elaboração das atividades do educador.

---

<sup>8</sup> Os atendimentos são direcionados às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

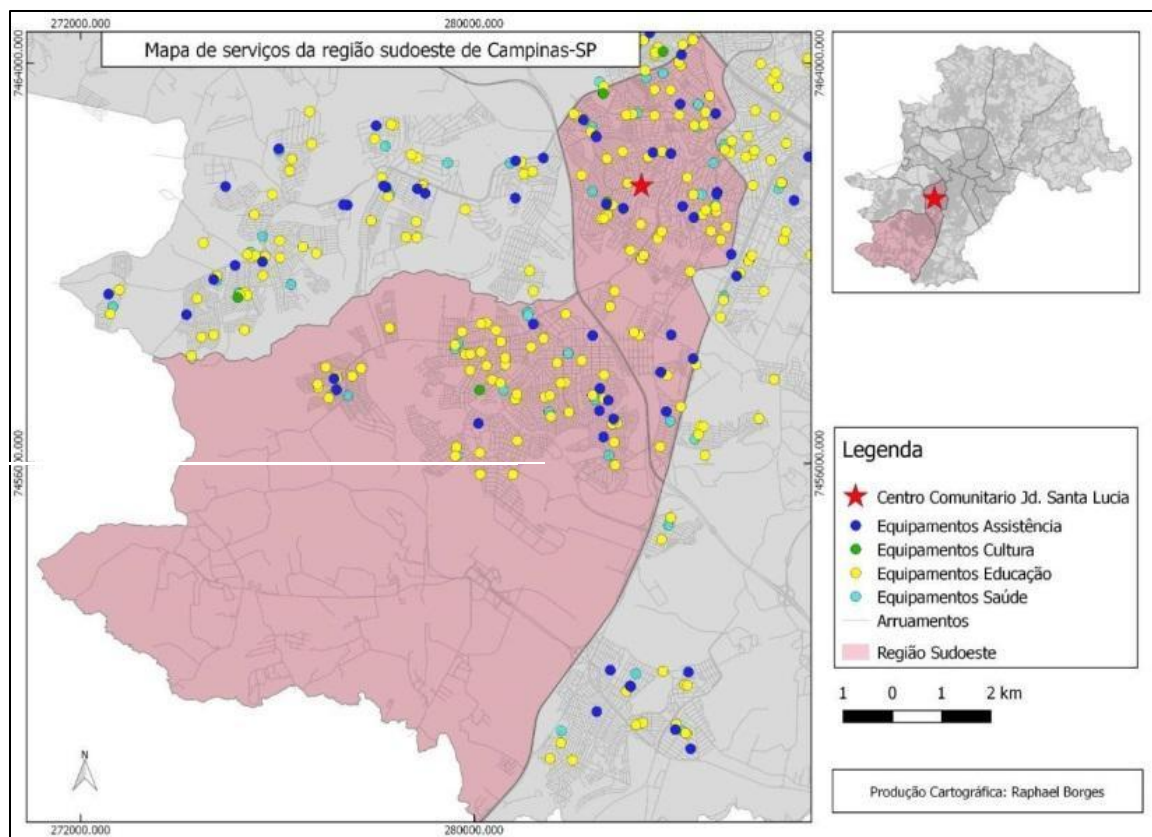
<sup>9</sup> Sobre as atribuições do educador social, ver Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, Art. 4º, parágrafo II (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014).

<sup>10</sup> CAMPINAS (Cidade). **Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade**, 2014, p. 31-54.

<sup>11</sup> Esse instrumental corresponde ao planejamento de atividade, e foi elaborado pela equipe de educadores sociais do SESF do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia. O instrumental se estrutura em (i) público alvo, (ii) tema da atividade, (iii) objetivos geral e específicos, (iv) conteúdo da atividade, (v) tempo de atividade, (vi) recursos didáticos, (vii) metodologia e (viii) referências.

A atuação do CCJSL abrange a região Sudoeste do município de Campinas-SP que apresenta o maior público para Proteção Social Especial<sup>12</sup> do município, e conta com uma rede de serviços distribuída espacialmente de maneira desigual, representada na Figura 1:

**Figura 1** - Mapa de serviços da região sudoeste de Campinas - SP



É possível observar que na Região Sudoeste os equipamentos da Educação - escolas e creches - são predominantes. No contexto de isolamento social e pandemia, estes se tornaram mais distantes da população, haja vista as medidas sanitárias adotadas para a interrupção das atividades presenciais das escolas<sup>13</sup>.

Conforme avaliação técnica das equipes do SESF do CCJSL houve a necessidade de retomar e reformular grupos pensando que as condições de isolamento social também fragilizaram o

<sup>12</sup> A Proteção Social Especial é a forma de organização dos serviços do SUAS, a qual divide-se por níveis de proteção: média e alta complexidade. Para maior detalhamento acessar [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

<sup>13</sup> Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64862-13.03.2020.html>. Acesso em 14 ago. de 2021.





vínculo entre as equipes e as pessoas atendidas. Contudo, uma das dificuldades apresentada foi que a condição básica para realização dos grupos é o acesso à internet e a infraestrutura para tal. Adiciona-se a isso o aprofundamento de todo tipo de violência doméstica durante a pandemia de Covid-19, em todo o território nacional (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Assim, os casos são discutidos a partir do relato da violência de modo que em seguida é feita uma visita para conhecer o núcleo familiar. Nessa visita, os trios buscam conhecer o lugar e as relações estabelecidas pelo educando (sujeito em situação de violência doméstica), bem como estabelecer um vínculo inicial. O vínculo é fundamental porque é o que permitirá a efetividade do serviço e, assim, a garantia do direito. Para o estágio, os educadores do SESF propuseram uma discussão de dois casos tomados como sigilosos, preservando a identidade dos educandos.

### **O Estágio Supervisionado em Geografia na educação social**

*Como ato de valentia não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação; senão, gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. (Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido).*

O trabalho na educação social desperta o interesse por conta da complexidade que carrega na sua realização: o educador social trabalha no contraturno da escola, ou seja, é outro momento da educação praticada em outro ambiente. Esse trabalho demanda um fluxo contínuo de ações realizadas em rede, de modo que o educador social esteja a todo o momento em contato com as instituições de saúde, de educação e instituições jurídicas. Ainda, algumas atividades são realizadas no local de trabalho, no CCJSL, mas tantas outras se realizam na casa dos educandos ou em outros lugares da cidade em que a equipe da instituição julgar pertinente, ou seja, é uma prática da educação em constante *andança* pela cidade.

Nesse sentido, é importante compreender que o educador social não trabalha sozinho, mas em equipes que contam com profissionais da área de serviço social e da psicologia, o que impõe a interdisciplinaridade no processo de trabalho e, assim, a construção coletiva dos processos educativos a serem executados, de modo a atender o sujeito em sua integralidade (CAMPINAS, 2014). Ademais, o educador social na cidade de Campinas deve trabalhar com seus educandos em encontros individuais e encontros coletivos, o que possibilita para o profissional educar e, sobretudo, se educar a partir da diferença e da coletividade.



Embora a pandemia tenha imposto uma série de desafios, houve a oportunidade de realização do estágio de geografia no campo da Educação Social, no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (CCJSL).

Todo o processo de formação da licenciatura evidencia o trabalho do professor em sala de aula, ou seja, um professor trabalhando ora com um conjunto de alunos, ora com um conjunto de professores, coordenadores e diretores. Nesse sentido, foi preciso racionalizar qual era a potência do ensino geográfico para a realização do trabalho na educação social, ou seja, de que maneira a análise espacial do fenômeno da violência nas práticas educativas poderia contribuir para a garantia de direitos e o desenvolvimento de uma formação cidadã.

### **A experiência do grupo de adolescentes durante a pandemia de Covid-19**

*Aos esfarrapados do mundo e aos que nelesse descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. (Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido).*

Com o afastamento dos adolescentes do espaço escolar, devido a pandemia de Covid-19, foi avaliado a urgência na elaboração de um espaço de acolhimento e reflexão junto deste grupo. Nesse sentido, foram atendidas as demandas iminentes conforme o plano de atendimento, sem desconsiderar as demandas estruturais, estas “guiadas pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para a disputa com outros projetos societários” (MIOTO, LIMA, 2009, p.40).

Assim, foi elaborada uma proposta de acompanhamento e uma atividade para o grupo de adolescentes, a fim de apresentar o processo de formulação de políticas públicas, bem como incentivar a participação dos educandos e educandas na 14ª Conferência Municipal de Assistência Social<sup>14</sup>, realizada nos dias 12 e 13 de agosto de 2021. A atividade foi conduzida considerando políticas públicas já consolidadas no espaço urbano - centros de saúde e escolas - a partir das reflexões apresentadas pelo grupo de acordo com a realidade dos sujeitos integrantes e suas experiências, ou seja, tudo o que acontece, toca e atravessa a todos (BONDÍA, 2002).

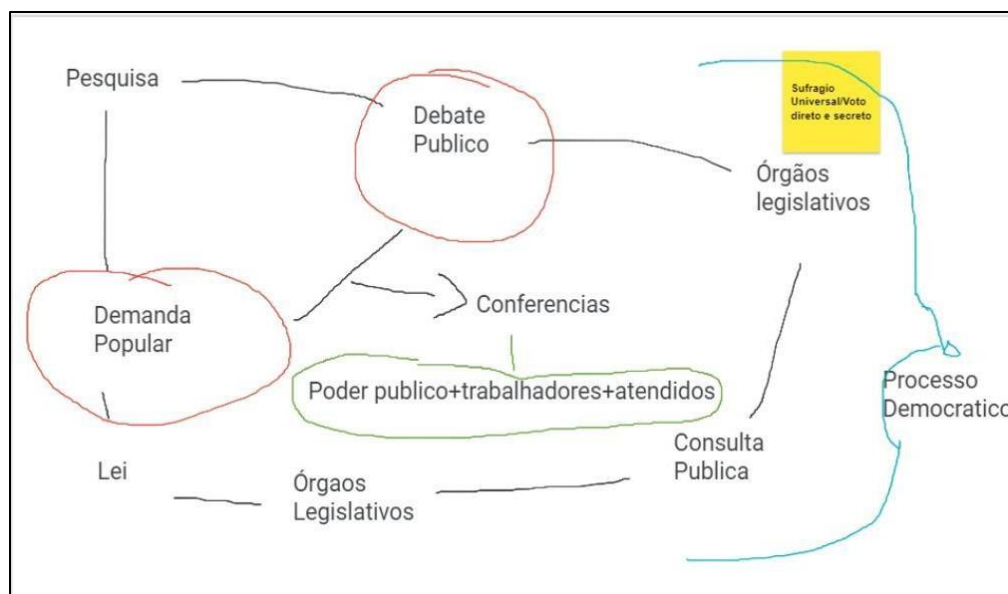
A sequência didática adotada para a atividade resgatou os combinados estabelecidos previamente com os integrantes do grupo, prática inicial admitida em todos os encontros. Em

---

<sup>14</sup> A Conferência Municipal de Assistência Social é pautada e construída por trabalhadores e trabalhadoras da assistência social, poder público e população atendida pelos serviços. Assim, foi elaborada uma atividade para o grupo de adolescentes, com uma estrutura pautada na participação popular para a construção de uma política pública.

seguida, foi apresentada a proposta de participação do grupo na 14ª Conferência Municipal da Assistência Social. Para tanto, foi feita a retomada histórica dos espaços conferenciais e suas implicações na elaboração das políticas públicas, refletindo sobre a participação política e a autonomia do educando sobre seu plano de atendimento. As discussões aconteceram conforme apresentado o esquema desenvolvido, ilustrado na Figura 2.

**Figura 2:** Esquema de elaboração de política pública



**Elaboração:** Douglas Henrique, Jessica Rodrigues e Raphael Borges (2021).

Para a elaboração do esquema foi adotada a representação de mapa mental<sup>15</sup>, objetivando explicitar a não linearidade das diversas fases do processo de elaboração de política pública. O esquema buscou aproximar situações cotidianas e promover a reflexão sobre como são elaboradas políticas públicas nos espaços de participação popular. Nesse momento, foram levantadas três discussões referentes aos temas do contexto político e social brasileiro, democracia e encarceramento. Consideramos que:

É, sobretudo, nos espaços urbanos, confluência de diversas culturas, que se promove o exercício dos direitos de cidadania, acompanhamento socioeducativo (no âmbito de situações de vulnerabilidade e/ou exclusão social), a mediação cultural, social e educativa (no âmbito da relação, escola, família e comunidade local) e a intervenção nos domínios psicossociológicos. (RODRIGUES, 2011, p.110).

<sup>15</sup> O esquema apresentado foi produzido através da plataforma Jamboard, disponível no Google Meet.





Por fim, o debate revelou como potência do grupo as interações desenvolvidas entre os adolescentes e os vínculos criados entre os integrantes, promovendo o caráter coletivo. Estas relações possibilitam o desenvolvimento de atividades para os educadores e fortalecem o grupo enquanto proposta metodológica. Assim, a atividade possibilitou tanto o fortalecimento do vínculo, entre todo o grupo, bem como a compreensão da participação popular na política pública que rege o serviço prestado. Decorre desta possibilidade o processo de construção da cidadania concreta, aquela que emerge da necessidade do encontro e do estar junto no lugar.

### Considerações finais

A experiência do Estágio Supervisionado em Geografia na educação social foi realizada no período da pandemia de Covid-19 no Brasil. A condição da Unicamp e do CCJSL para a realização do estágio foi a de que as ações de campo se realizassem remotamente, sendo possível a realização do estágio em instituição que atua na educação não-formal.

As limitações foram diversas. Tendo em vista a pandemia de Covid-19 e a necessidade das atividades remotas, a atuação da educação social foi realizada *apartada* do lugar. Tratou-se de uma situação que exigiu o cumprimento do campo do estágio separado do lugar onde normalmente se desenvolvem as atividades da educação social, ou seja, onde os educandos se encontram.

Contudo, a aproximação do estágio supervisionado com a educação social traz ricas reflexões para formação de uma identidade docente, com possibilidades de complementação na atuação da educação social objetivando uma formação cidadã. A experiência da discussão dos casos guiada pelo instrumental de apoio para a proposição das atividades foi significativa para compreender mais a fundo o trabalho desempenhado pelo educador social

Trata-se, nesse sentido, de uma construção de cidadania, a um só tempo, do docente em formação, do educador social e do educando. Na medida em que o estágio se constitui como travessia, praticar a arte de viver como a arte de absorver sabedorias se traduz na utopia da presença do mundo em nós e na presença de nós em cada um.

### Referências bibliográficas

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, ANPED, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.



CAMPINAS (Cidade). Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS). **Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade**. 2014. Disponível em: <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Par%C3%A2metros-para-o-trabalho-social-com-fam%C3%ADlias-na-prote%C3%A7%C3%A3o-social-especial-de-m%C3%A9dia-Complexidade.pdf>. Acesso em 14 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 abr. 2014. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>. Acesso em 14 ago. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2021, v. 15.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MARINHO, Cláudio; STRAFORINI, Rafael; CANTO, Tânia Seneme do. Estágio supervisionado de geografia: a subjetivação da identidade docente em ambiente virtual de aprendizagem. **Revista Espinhaço | UFVJM**, [S.l.], p. 2-10, june 2017. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/148>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre, 8(1), 22-48. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/5673>. Acesso em: 14 ago. 2021.

RODRIGUES, Manuel Alberto. A geografia social urbana na licenciatura em educação social. **Cadernos de Investigação Aplicada**, 2011, 5, p. 105 - 145.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed, 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.